

## DEFESA DA MAGISTRATURA

# Amagis conquista ampliação de cargos de assessor para juiz

A Amagis conquistou, na ALMG, a ampliação de cargos de assessor para juiz, de 30 para 150, e de 356 para 515 funções de confiança, no dia 11 de julho, no PL nº 3.540/2012. Os cargos serão destinados a magistrados de 2ª entrância e entrância especial, e as funções de confiança de assessoramento, aos magistrados de 1ª entrância e do Sistema dos Juizados Especiais. •

**Página 3**

Ricardo Barbosa



**Deputados aprovam projeto que cria cargo de assessor para juiz**

**Amagis  
vai ao  
STF por  
plantões**

**Página 6**

## FRENTE PARLAMENTAR

# Atuação garante avanços e impede retrocesso

Agência Senado/Geraldo Magela



**Amagis conseguiu a derrubada da PEC 53 no Congresso Nacional**

A intensa atuação da Associação no Legislativo, por meio da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, favoreceu a criação do Fundo Especial do Poder Judiciário e o crédito suplementar de R\$ 265 milhões ao TJMG,

ambos já sancionados pelo governador de Minas. No Congresso Nacional, a presença e diálogo firme da Amagis, junto com outras associações, conseguiram a derrubada da PEC 53, que extinguia a vitaliciedade. •

**Páginas 4 e 9**

Pagamento das diárias será discutido no CNJ

**Página 5**

Ação pede ao Conselho suspensão da cobrança de IR

**Página 7**

Comissão aprova inclusão do tempo de aposentadoria

**Página 7**

Amagis requer dados sobre projeto de segurança

**Página 15**

# Coerência com compromisso assumido e reafirmado

HERBERT CARNEIRO\*

**I**números foram os ensinamentos proferidos pelo papa Francisco durante sua visita ao Brasil, mas nada do que disse era de todo desconhecido por nós. Ainda assim, foi algo necessário de ser dito, ouvido e refletido. Um dia, fizemos um compromisso, e sempre o reafirmamos, em nome de uma sociedade mais justa e mais democrática, mas por uma razão qualquer nos esquecemos dele ou desacreditamos das possibilidades do que somos capazes de fazer juntos, de que somos mais fortes do que sistemas e regras estabelecidas. Situações que só mudam diante do novo, do futuro e do aperfeiçoamento, espontâneo ou forçado, da democracia e da justiça.

As lições do sumo pontífice a todos, instituições e cidadãos, a exemplo das históricas manifestações de junho, foram importantes para que nos lembremos daqueles compromissos pactuados e da responsabilidade social de cada um de nós. Como sabemos, é uma questão de vontade política, de prioridades, ou se necessário, de inversão das prioridades. O foco deve ser o cidadão e a justiça social, metas que só serão alcançadas se o Judiciário enfrentar a realidade presente em vez de adiá-las para um futuro incerto.

Para isso, é necessário ter coerência no que diz e no que faz. A sociedade espera muito de nós, e os magistrados sabem disso e mantêm o compromisso, apesar dos contratempos e das dificuldades. Cada juiz e juíza dessa Minas continental, da 1ª e da 2ª instâncias, da capital e da mais longínqua comarca quer distribuir justiça. Sabem como fazê-lo, mas sabidamente carecem de melhores condições da atividade para o pleno exercício profissional.

De nossa parte, estamos em atuação permanente e intensa pela defesa dos magistrados mineiros e por melhores condições de trabalho e de segurança, seja no TJMG, no Órgão Especial, no CNJ, junto à imprensa, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional.

Fazemos tudo isso não só pelo compromisso assumido com juízes e juízas, mas com a própria sociedade, que, como se viu nas ruas de Norte a Sul do País, reclama serviços públicos de qualidade. Essa responsabilidade social também nos move na direção de um Judiciário moderno e vocacionado.

Focados em nosso compromisso de gestão, no mês passado, estivemos em Brasília, no Congresso Nacio-

nal, para impedir um retrocesso institucional e nova agressão ao juiz brasileiro ante a tentativa de extinguir a prerrogativa constitucional da vitaliciedade. O momento exige mudanças que representem avanços e não retrocessos como querem alguns, que, a pretexto de atender às reivindicações do cidadão, agem contra o próprio cidadão, quando investem contra a garantia por uma justiça capaz de igualar o fraco diante do forte.

A aprovação da PEC 53 geraria insegurança para o magistrado quando ele tiver de enfrentar forças poderosas na hora de julgar o direito dos cidadãos. Com muita firmeza e persistência, e apoio de outras Associações estaduais, conseguimos convencer os senadores, invocando a responsabilidade que o constituinte consignou na Carta Magna.

A coerência e a determinação nos mantêm na direção dos avanços e das conquistas. No Órgão Especial, garantimos o direito de defesa dos magistrados e vimos, pela 1ª vez, a promoção de um juiz do interior à 2ª instância, como reflexo da interiorização e valorização das entrâncias. No mesmo órgão, obtivemos autorização para transmitir ao vivo, pelo nosso site, as sessões, dando mais transparência a nossa gestão participativa.

No CNJ, nossas demandas avançam, com o reconhecimento da necessidade de regularização do pagamento de diárias, entre outras. No Legislativo, as conquistas foram mais expressivas. Por meio da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, na Assembleia Legislativa, intensificamos a atuação em defesa da aprovação recorde de projetos como a criação do Fundo Especial do Judiciário, o da suplementação orçamentária do TJ e, principalmente, o da ampliação na criação no cargo de assessor para juiz.

A sociedade continua reclamando por justiça e cabe a nós dar essas respostas. Quem detém posições tem o dever de buscar os meios necessários para alcançá-las. Sem esperar pelo futuro, que, nada mais pode fazer a não ser apontar o dedo para nossa omissão.

Cada um de nós, magistrados, temos um importante compromisso com a nossa classe, quando debatemos e renovamos esforços para discutir o aperfeiçoamento da nossa condição de magistrado e de agente de transformação social. Dele não nos desviaremos; o que devemos fazer, sempre, com humildade e espírito solidário, como apregoou o santo padre. ●

(\* Presidente da Amagis)

**“A sociedade continua reclamando por justiça e cabe a nós dar essas respostas no tempo presente, sem adiá-las para um futuro incerto e não sabido”**



Jornal Mensal da  
Associação dos  
Magistrados Mineiros  
AMAGIS

Rua Albite, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577  
(Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569  
(Decisão On-line)

**Presidente:**

Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Vice-presidente Administrativa:**  
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

**Vice-presidente Financeiro:**  
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

**Vice-presidente de Saúde:**  
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos  
Apostados e Pensionistas:**  
Desembargador Tibagy  
Salles Oliveira

**Vice-presidente do Interior:**  
Juíza Ivone Campos  
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente  
Sócio-cultural-Esportivo:**  
Desembargador Tiago Pinto

**Diretor-Secretário:**  
Morvan Rabêlo de Rezende

**Diretora-Subsecretária:**  
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

**Diretoras de Comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Editoração

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

**Tiragem:** 2.200 exemplares

## ÍNDICE

Amagis amplia  
criação de cargos  
de assessor

3

➤ Amagis amplia criação de cargos de assessor 03  
➤ Pressão de magistrados derruba fim da vitaliciedade 04  
➤ Amagis e TJ discutirão pagamento de diárias no CNJ 05  
➤ Amagis transmitirá sessões do Órgão Especial ao Vivo 06  
➤ Comissão do TJ aprova inclusão por tempo de aposentadoria 07  
➤ Amagis estuda medidas contra o desconto de IR 07  
➤ Parceria consolidada com ato público 08  
➤ Projeto garante suplementação de R\$ 265 milhões ao TJMG 09

➤ Diretoria discute direitos e assembleia em oito comarcas 10  
➤ Magistrados de Todo o Estado manifestam apoio à Diretoria 12  
➤ Entrevista: Juíza Dênia Francisca Gorgosinho Taborda 14  
➤ Amagis requer dados sobre o projeto-piloto 15  
➤ Site da Amagis alcança mais de 87 mil visualizações 17  
➤ Juizes tomam posse no TRE-MG 19  
➤ Palpites de um aprendiz de investidor 21  
➤ Fique atento aos prazos e normas da ASN 24

Parceria  
consolidada  
com ato público

8

15

Amagis requer  
dados sobre o  
projeto-piloto

24

Fique atento  
aos prazos  
e normas  
da ASN

## DEFESA DA MAGISTRATURA

# Amagis amplia criação de cargos de assessor para juizes na Assembleia

Em mais uma etapa da luta iniciada em 2002 e intensificada em 2007 pela melhoria das condições de trabalho para juizes, a Amagis conquistou, na Assembleia Legislativa, a ampliação da criação de cargos de assessor. No dia 11 de julho, foi aprovado o Projeto de Lei nº 3.540/2012, que prevê a criação de 150 cargos de assessor em provimento em comissão para magistrados de 2ª entrância e entrância especial e 515 funções de assessoramento aos magistrados de 1ª entrância e do Sistema dos Juizados Especiais.

Originalmente, por iniciativa do Tribunal de Justiça, seriam criados 30 cargos de assessor em provimento em comissão e 356 funções de confiança de assessoramento de juiz de Direito. Após gestões da Amagis, com apoio dos deputados e a boa vontade do TJMG, os respectivos cargos foram

alterados, no substitutivo apresentado, para 150 e as funções de confiança, para 515. Os cargos de assessor serão ocupados por bacharéis em Direito.

Além das alterações feitas, a diretoria da Associação trabalhou intensamente junto aos deputados estaduais pela aprovação em tempo recorde. O texto havia sido aprovado no dia 10 de julho, em primeiro turno, depois de receber parecer favorável da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Casa, e a votação em segundo turno aconteceu no dia 11, menos de 15 horas depois da primeira votação.

A Amagis e a ALMG lançaram, no dia 6 de junho, a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, idealizada pela Associação e que visa a defesa da independência da magistratura e do fortalecimento do Judiciário. ●

**“Foram alterados de 30 para 150 os cargos de assessor e de 356 para 515 as funções de confiança”**



PROPOSIÇÃO: PL 3540 2012 - PROJETO DE LEI

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

Local: COMISSÃO DE REDAÇÃO

Publicação: Diário do Legislativo em 12/07/2013

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.540/2012

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

O Projeto de Lei nº 3.540/2012, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça, que altera o quadro de pessoal da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.540/2012

Altera o quadro de pessoal da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam criados cento e cinquenta cargos de provimento em comissão de Assessor de Juiz, código TJ-DAS-08, padrão de vencimento PJ-51, de recrutamento amplo, no Quadro Específico de Provimento em Comissão, Grupo de Direção e Assessoramento Superior, constante no Anexo IV da Lei nº 11.098, de 11 de maio de 1993, a serem ocupados por bacharéis em Direito.

Parágrafo único - Os cargos de Assessor de Juiz destinam-se ao assessoramento dos magistrados de 2ª entrância e entrância especial.

Art. 2º - Ficam criadas quinhentas e quinze funções de confiança de assessoramento de Juiz de Direito, código FCA-01.

§ 1º - As funções de confiança de assessoramento de Juiz de Direito destinam-se aos magistrados de 1ª entrância e aos do Sistema dos Juizados Especiais.

§ 2º - A retribuição pelo exercício das funções de confiança de que trata este artigo corresponde ao valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, constante no item "b" do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000.

§ 3º - A retribuição prevista no § 2º não se incorpora à remuneração do servidor para nenhum efeito nem constitui base para o cálculo de vantagens remuneratórias, salvo expressa disposição em lei.

§ 4º - As funções de confiança de que trata este artigo são privativas de bacharéis em Direito e serão exercidas por servidor ocupante de cargo efetivo de Oficial Judiciário, especialidade Oficial Judiciário, ou de servidores lotados na comarca onde exercerá a função.

Art. 3º - O provimento dos cargos e a designação para as funções de confiança de que trata esta lei ficam condicionados:

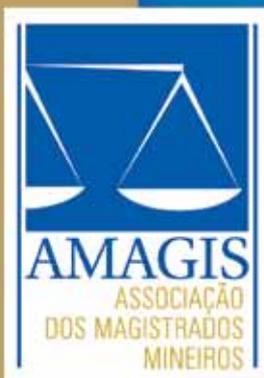
I - à existência de recursos orçamentários e financeiros;

II - ao cumprimento das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2013.

Gilberto Abramo, Presidente - Duarte Bechir, relator - Rômulo Viegas.



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

## DEFESA DA MAGISTRATURA

# Pressão de magistrados derruba fim da vitaliciedade

Após 24 horas de forte movimentação das Associações de magistrados, no Senado, especialmente da Amagis, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 53 e 75, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), que extinguiriam a vitaliciedade, possibilitando a demissão de juízes por decisão administrativa, foram derrubadas pelo substitutivo do senador Blairo Maggi (PR-MT), que mantém a prerrogativa e cria punições pontuais para magistrados e promotores. A votação está prevista na Comissão de Constituição e Justiça para este mês.

O cenário começou a mudar no dia 10 de julho, quando o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e o ex-presidente da Associação e assessor especial da Presidência, Nelson Missias de Moraes, juntamente com dirigentes de outras associações de classe, realizaram um intenso diálogo com os senadores a fim de que as PECs fossem rejeitadas. No dia 11 de julho, os parlamentares formaram consenso em torno do substitutivo apresentado pelo relator Blairo Maggi (PR-MT).

**“A imparcialidade, a independência e a estabilidade do juiz são garantias da sociedade”**

Em nota divulgada à imprensa, no dia 8 de julho, o presidente da Amagis acentuou que, há mais de 20 anos, a Associação defende mudanças na Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que regula a atuação dos magistrados. “A imparcialidade, a independência e a estabilidade do juiz são garantias da própria sociedade”, pontuou Herbert Carneiro.

Em entrevista ao jornal Hoje em Dia, publicada em 9 de julho, Herbert Carneiro advertiu que a aprovação do texto original traria instabilidade à Justiça, além de expor os magistrados a pressões externas. O presidente da Amagis ainda deixou claro que o objetivo da vitaliciedade

é assegurar a independência dos juízes, para que eles tenham condições de julgar, contra todos os tipos de pressão, os conflitos sociais envolvendo a vida, a liberdade e propriedade das pessoas.

Durante todo esse período, mesmo com o adiamento da votação para este mês, a diretoria da Amagis continuou trabalhando para que a ameaça à vitaliciedade seja definitivamente encerrada. ●

## CONQUISTA

## Juiz do interior é promovido à 2ª instância pela 1ª vez

Tiago Parrella



As sessões são acompanhadas em tempo real pela Amagis

Pela primeira vez na história da magistratura mineira, um juiz do interior foi promovido para o cargo de desembargador do TJMG. A conquista coroou uma das principais bandeiras da Amagis, que é a valorização da magistratura do interior e das entrâncias especiais, intensificada nos últimos 12 anos. O Órgão Especial promoveu, no dia 10 de julho, o juiz Paulo Mendes Álvares, da Comarca de Contagem, para o cargo de desembargador da 15ª Câmara Cível do TJMG.

Na mesma sessão, ainda foi promovido, pelo critério de merecimento, o juiz Marco Aurélio Ferenzini, da Comarca de BH, para o cargo de desembargador da 14ª Câmara Cível. Os juízes Paulo de Carvalho Balbino e Octávio Augusto De Nigris Boccalini ficaram como remanescentes.

Foram feitas também defesa de três casos envolvendo magistrados, com suporte do Departamento Jurídico da Amagis.

## RETRATAÇÃO

A 13ª Subseção da OAB, em Uberlândia, apresentou retratação, no dia 3 de julho, à juíza Maria das Graças Rocha Santos, da mesma comarca, afirmando que as manifestações de membros da entidade, por ocasião da correção geral ordinária de 2012, não refletem a posição da instituição e que as declarações não tiveram o objetivo de atingir a integridade da magistrada.

Já no dia 5 de julho, a Amagis contestou as inverídicas informações publicadas pela Revista IstoÉ, em sua edição nº 2.274, sobre a conduta isenta e correta da juíza Neide da Silva Martins,

titular da 9ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, na Ação Penal nº 0024.09.681.796-0. Por meio de nota, a Associação se manifestou em defesa da integridade profissional e trajetória exemplar da magistrada, afirmando que, em sua atuação, ela sempre observou, de maneira rigorosa e independente, o devido processo legal, com extremo respeito ao direito de defesa, o que, na publicação, lhe foi negado.

E a 3ª Câmara Criminal do TJMG rejeitou, no dia 2 de julho, o pedido de suspeição do juiz Narciso Monteiro de Castro, da 1ª Vara Criminal de Poços de Caldas, no Sul de Minas, solicitado por uma das partes envolvidas no ‘Caso Pavesi’, confirmando que o magistrado continua julgando o processo. ●

## DEFESA DA MAGISTRATURA

# Amagis e TJ discutirão pagamento de diárias no CNJ

Agência CNJ/Gil Ferreira



## Amagis recorreu ao Conselho em defesa da classe

Ao acatar proposta feita pelo CNJ, a Amagis vai formar Comissão de

Magistrados para discutir, junto com o TJ, sob a mediação do Conselho,

a regularização do pagamento das diárias aos juízes mineiros.

A proposta de conciliação entre as duas instituições foi feita pelo conselheiro Guilherme Calmon, depois que a Amagis recorreu ao Conselho em defesa do direito dos magistrados. O pedido, protocolado no dia 13 de junho, foi admitido como Procedimento de Controle Administrativo (PCA) e instaurado pelo Conselho.

Em sua resposta ao CNJ, o TJMG afirmou que já iniciou os estudos para modificar a legislação impugnada e posicionou-se de acordo com

a necessidade de uma melhor regulamentação da matéria.

O recurso da Amagis (Pedido de Providências) foi apresentado contra o TJ, que, atendendo ao CNJ, editou a Resolução 660/2011, disciplinando a questão de maneira diversa da contida na Loman e na Resolução 73/2009, criando limitações inéditas e nova categoria de magistrado ou servidor, denominando-o colaborador. (Leia a íntegra do recurso no site da Associação, [amagis.com.br](http://amagis.com.br)). ●

## APOSENTADOS E PENSIONISTAS

# Diretoria defende isonomia da classe

Tiago Parrela



## Marlene Fernandes, Herbert Carneiro e Tibagy Salles

A diretoria da Amagis reuniu-se com aposentados e pensionistas, no dia 8 de julho, para conversar sobre o andamento das iniciativas da Associação no interesse dos dois segmentos, reafirmando seu compromisso com a magistratura como um todo.

Na ocasião, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, disse que a isonomia de direitos para aposentados e pensionistas, em relação aos magistrados da ativa, é uma preocupação permanente da diretoria, conforme consta no informativo especial "Prestando Contas" enviado a toda a classe.

Na avaliação do vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargador Tibagy Salles, a reu-

nião foi muito proveitosa, especialmente por ter contado com a presença significativa de uma representação específica dos dois segmentos da classe, que têm muitos interesses em comuns. Para a diretora de Pensionistas, Marlene Fernandes, o êxito do encontro é expressão do bom trabalho da diretoria na defesa dos direitos da magistratura.

No dia 1º de julho, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, enviou ofício à Presidência da Amagis, indeferindo requerimento da Associação para que o auxílio-alimentação seja estendido aos magistrados aposentados. A Amagis irá tomar as medidas cabíveis para que o direito seja garantido. ●

## DEFESA DA MAGISTRATURA

# Amagis aciona STF por plantão forense

A Amagis impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 1º de agosto, contra decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que proibiu o pagamento em espécie dos plantões forenses, contrariando dispositivos legais.

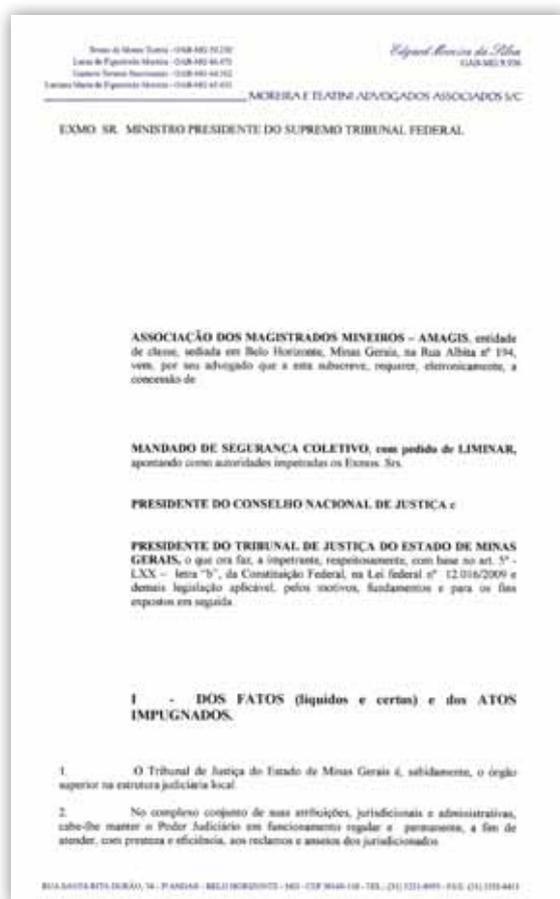
Na inicial, a Amagis cita diversas fontes, como a Constituição Federal, a LODJ de Minas Gerais, o Regimento Interno do TJMG, resolução do Órgão Especial do TJMG e resolução do

próprio CNJ, que disciplinam o regime de plantões.

E mais, argumenta que a falta de opção indenizatória traz prejuízo não só aos magistrados, mas principalmente aos próprios jurisdicionados, já que, ao extinguir a opção da indenização, tão providencialmente posta na LODJ de Minas Gerais, deixou-se remanescente apenas a compensação com folga em dia útil, o que acaba contribuindo para aumentar a tão criticada morosidade judicial.

A Associação requer ao STF que a decisão do CNJ seja anulada, ficando restabelecido o regime de plantão no Poder Judiciário de Minas Gerais com aplicação aos juizes e desembargadores nos exatos termos da legislação em vigor.

A Amagis requer ainda que a decisão do CNJ fique suspensa liminarmente de imediato, sendo integralmente restabelecido o regime de plantão, inclusive aos juizes de primeiro grau, até a decisão final do STF. ●



## Mandado de segurança impetrado no STF

## TRANSPARÊNCIA

# Órgão Especial terá transmissão ao vivo pelo site

Adriano Boaventura



## Magistrados poderão acompanhar as sessões ao vivo

A Amagis requereu, e o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deferiu, no dia 10 de julho, permitindo que suas sessões sejam transmitidas, por áudio e vídeo, por meio do site da Associação, para todos os magistrados.

Desde janeiro deste ano, a Amagis já faz a cobertura das sessões por meio de texto pelo site [amagis.com.br](http://amagis.com.br), Facebook e Twitter da Associação, levando as informações em tempo real aos magistrados de todo o Estado.

No dia 12 de julho, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, enviou ofício ao presidente da Amagis, Herbert Carneiro, confirmando a decisão do Órgão Especial.

A Amagis também garantiu, durante a mesma sessão do dia

10, a defesa dos interesses dos magistrados mineiros, quando os desembargadores decidiram pelo arquivamento de dois procedimentos administrativos que envolviam magistrados.

O Órgão Especial também realizou diversas promoções e remoções de magistrados durante a sessão deste dia.

E na sessão do dia 24 de julho, o desembargador Belizário de Lacerda tomou posse como membro efetivo do Órgão Especial do TJMG. E neste dia, os desembargadores fizeram voto de pesar em memória do juiz José João Calanzani e das senhoras Esther Paoli Balbino, mãe da desembargadora Márcia Paoli Balbino, e Maria das Dores Magalhães Freire, mãe do desembargador Armando Freire. ●

## DEFESA DA MAGISTRATURA

# Comissão do TJ aprova inclusão de tempo para aposentadoria

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DESEMBARGADOR JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES.

O Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis, no cumprimento de suas atribuições que lhe conferem o estatuto, investido de poder de representação dos associados, vem à presença de Vossa Excelência apresentar **REQUERIMENTO**, pelos motivos de fato e de direito nos termos que seguem:

Diversos magistrados mineiros exerceram atividades em sociedade de economia mista, assim, postulam ao TJMG o cômputo de tempo de serviço público, exercido nas referidas sociedades, para fins de aposentadoria, pleito esse que não era acolhido pelo Tribunal.

No ano de 2012 a Amagis, através de seu procurador, apresentou dois requerimentos, encaminhados à Comissão Administrativa deste egrégio Tribunal, cujas as cópias seguem anexas, trazendo o entendimento da AGU – Advocacia Geral da União, TCU – Tribunal de Contas da União e TCEMG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sobre a possibilidade do computo de tempo de serviço público, exercido em sociedade de economia mista, para fins de aposentadoria de servidores, no caso, magistrados, decisões estas que deferiam os pleitos de servidores.

Entretanto, em que pese o pleito da Amagis, as decisões administrativas do TJMG continuam no sentido de indeferimento desse cômputo aos magistrados mineiros.

A Comissão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) aprovou requerimento da Amagis, no dia 17 de julho, que solicitava a inclusão no tempo de serviço em sociedade de economia mista para fins de aposentadoria para magistrados.

A Amagis, no ano de 2012, através de seu procurador, apresentou dois requerimentos, encaminhados à Comissão Administrativa Tribunal, levando o entendimento da Advocacia Geral da União (AGU), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), que

atendia os pleitos dos servidores, no caso magistrados, considerando a possibilidade do computo de tempo de serviço público, exercido em sociedade mista, para fins de aposentadoria de servidores.

Entretanto, as decisões administrativas do TJMG mantiveram-se contrárias ao atendimento deste pleito. Com o apoio dos entendimentos mencionados, a Amagis incluiu ainda, em seu requerimento ao TJMG, uma cópia da Resolução nº 141/2011 do Conselho da Justiça Federal (CJF), presidido pelo ministro presidente do STJ, bem como uma cópia

do acórdão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que regulamentam a averbação de tempo de serviço dos seus servidores em primeiro e segundo grau, todas possibilitando a seus servidores de promoverem o cômputo de tempo de serviço público, para fins de aposentadoria, seguindo o entendimento do pleito da Amagis.

Seguindo estes entendimentos, das mencionadas instituições, a Amagis requereu junto ao Tribunal o reconhecimento deste direito dos magistrados, obtendo mais uma conquista para a classe. ●

**Requerimento protocolado pela Amagis**

## PROVIDÊNCIAS

## Amagis aciona CNJ contra o desconto de IR

A Amagis ingressou no Conselho Nacional de Justiça, no dia 2 de agosto, com um pedido de providências, com liminar, para a suspensão dos descontos de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre o terço constitucional de férias, descontado no contracheque eletrônico referente ao mês de junho deste ano.

Na resposta enviada pelo TJMG ao ofício nº 048/2013, com parecer da Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos, o Tribunal de Justiça disse que cumpre despacho do dia 21 de maio de 2007, con-

siderando a decisão do Mandado de Segurança nº 1.0000.06.447101-4/000 e ainda acórdão proferido no Recurso Especial 633.396/CE, do Superior Tribunal de Justiça.

Ainda em junho, a Amagis solicitou ao TJ esclarecimentos sobre a ação orçamentária a ser desenvolvida para atendimento das metas de gestão que foram anunciadas pelo Tribunal no Relatório de Gestão 2012/2013, e informações mais detalhadas sobre aquisição de prédio, em Belo Horizonte, que irá sediar a segunda instância. ●



## FRENTE PARLAMENTAR

# Parceria consolidada com ato público em defesa da Justiça

Georgia Baçvaroff



Paulo Stumpf, Estevão D'Ávila e Herbert Carneiro

Adriano Boaventura



Ana Paula, Herbert Carneiro, Andréa Abritta, Rodrigo e Nikolas

Com a participação da Escola Superior Dom Helder Câmara, a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça ampliou, no dia 14 deste mês, sua interlocução com a sociedade, especialmente, com a comunidade acadêmica, valorizando a produção do saber jurídico.

A parceria com a Dom Helder Câmara começou logo após o lançamento da Frente, quando, no dia 10 de junho, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, reuniu-se com o professor Paulo Umberto Stumpf, reitor da Escola, para conhecer melhor a instituição e conversar sobre as possibilidades de atuação conjunta na Frente Parlamentar.

Em um novo encontro entre o presidente Herbert Carneiro e o professor Paulo Stumpf, no dia 8 de julho, foi definida a realização do ato público em defesa da Justiça, no dia 14 deste mês, e a assinatura de um termo de cooperação entre a Amagis e a Dom Helder Câmara, a partir do qual serão oferecidas a todos os magistrados mineiros

fontes de pesquisa de conhecimento jurídico que vão além do acesso à biblioteca da Escola.

## ADESÃO DA DEFENSORIA

Durante visita de cortesia à Defensoria Pública de Minas Gerais, no dia 18 de julho, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, convidou a defensora pública geral do Estado, Andréa Abritta Garzon, para somar esforços à Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, na busca do aprimoramento do Poder Judiciário.

Desde o lançamento da Frente, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 6 de junho, o presidente da Amagis tem buscado ampliar a participação da comunidade jurídica na iniciativa, a fim de consolidar um Judiciário cada vez mais capaz de atender aos anseios da sociedade.

Além da defensora Andréa Abritta Garzon, participaram da reunião os defensores públicos Ana Paula Carvalho Starling Braga, Rodrigo Zamprogno e Nikolas Stefany Macedo Katopodis. ●

NESTE CASO, VALE JULGAMENTO DE VALOR.

À VISTA

R\$ 78.530,65\*

CIVIC EXR

2.0  
FLEX™Home  
and Office  
Delivery \*\*\*

Cortesia: \*\*

- + protetor de cárter
- + jogo de tapetes

RAJA

Raja, 2760 - 3298-2900

CIDADE NOVA

Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

BANDEIRANTES

Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA

Catalão, 750 - 3469-5900

SEMINOVOS BARÃO

Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br



HONDA

AUTO JAPAN

Respeite os limites de velocidade.



\* Valor à vista para a compra de Honda Civic EXR zero km, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. \*\* Protetor de cárter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic EXR, para filiados Amagis. \*\*\* Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. Consulte. Condições válidas de 01/08/2013 a 30/08/2013. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

## FRETE PARLAMENTAR

# Projeto garante suplementação de R\$ 265 milhões ao TJMG

O governador Antonio Anastasia sancionou, no dia 27 de julho, a Lei 4.103/13, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no valor de R\$ 265 milhões. O projeto de lei havia sido aprovado, em turno único, no dia 4 de julho, em sessão extraordinária do plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Garantir a agilidade na votação de projetos do interesse do Judiciário é um dos propósitos da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça. O projeto de

Lei 4.103/13 recebeu parecer favorável no dia de 18 de junho, e, em pouco mais de 15 dias, foi votado na ALMG. Inspirada na parceria com a Amagis, a Frente também atua para racionalizar e sistematizar as proposições de interesse do Poder Judiciário.

O projeto aprovado determina que o crédito deve ser destinado ao pagamento de despesas com pessoal, ativos e inativos (R\$ 38 milhões e R\$ 91,96 milhões), respectivamente, e a outras despesas corrente (R\$ 135,34 milhões) e a investimentos de R\$ 55 milhões. ●

Guilherme Dardanhan



Deputados aprovaram o projeto em turno único



## CADASTRO PREMIADO 2013

A sorte espera por você!

2 iPads



*Ao atualizar o seu cadastro, você já ganha um brinde exclusivo do Sicoob JUS-MP.*

Atualize seu cadastro no Sicoob JUS-MP, ganhe um brinde especial e concorra automaticamente ao sorteio de dois iPads. Preencha a ficha cadastral e entregue ou envie para a Cooperativa com a cópia dos seguintes documentos: identidade, CPF, certidão de casamento atualizada, comprovante de residência e o último contracheque.

*Promoção válida entre os dias 01/07 e 31/08/2013.  
Se você já atualizou seu cadastro este ano, também estará concorrendo.  
O sorteio será no dia 11/09/2013, na sede do Sicoob JUS-MP.*



**SICOOB JUS-MP**  
Cooperativa de Crédito

Veja o regulamento no site: [www.sicoobjusmp.com.br](http://www.sicoobjusmp.com.br)

## GESTÃO ITINERANTE

# Diretoria discute direitos e assembleia em oito comarcas

Comprometida com o fortalecimento dos princípios de uma gestão democrática e participativa, a diretoria da Amagis percorreu oito comarcas nos meses de junho e de julho. Os encontros aconteceram nas Comarcas de Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Divinópolis, Itaúna, Pará de Minas, Varginha e Conselheiro Lafaiete. Em Belo Horizonte, reuniu-se com os juízes do Fórum Lafayette e dos Juizados da capital.

Além de discutir as condições de trabalho e ouvir as reivindicações dos magistrados, as reuniões também tiveram o objetivo de mobilizar juízes e juízas para participarem da assembleia realizada no dia 9 deste mês. Foram discutidas ainda a criação de instrumentos para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a segurança nos fóruns e a revisão da LODJ.

Durante os encontros, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, destacou que a participação dos magistrados na Assembleia, foro mais legítimo da classe, com unidade e efetiva representatividade, fortalece a magistratura mineira na luta pela implementação dos seus direitos.

Em seis meses de gestão, Herbert Carneiro já esteve em 18 comarcas mineiras para reunir-se com os colegas, informando os magistrados sobre as medidas tomadas pela Associação em prol da classe e ouvindo os associados a fim de somar contribuições de juízes de todo o Estado às iniciativas que a Amagis deverá tomar nos próximos anos.

Nas viagens, o presidente da Amagis esteve acompanhado, em uma ou mais ocasiões, da vice-presidente Administrativa, Luzia Peixoto, do vice-presidente Financeiro, Luiz Carlos Rezende, do vice-presidente de Saúde, Maurício Soares, da diretora de Comunicação, Rosimere Couto, da diretora do Parque Esportivo, Riza Nery, e do diretor Financeiro, José Martinho Nunes Coelho.

A revitalização da gestão itinerante é um dos compromissos da atual gestão, que, com a presença nas comarcas do interior, visa à integração da magistratura em toda Minas Gerais, reunindo as reivindicações da classe, a fim de que a Associação possa ter mais êxito na busca de novas conquistas para os magistrados e a Justiça. ●

**“A participação dos magistrados na Assembleia, com unidade e efetiva representatividade, fortalece a magistratura mineira”**

Divulgação

**Juízes de Conselheiro Lafaiete**

Georgina Baçvaroff

**Juízes de Divinópolis**

Tiago Parrela

**Juízes de Varginha e do Sul de Minas**

Georgia Bacvaroff

**Juizes de Itaúna**

Tiago Parrela

**Magistrados do Juizado Especial de Belo Horizonte**

Divulgação

**Juizes de Uberlândia**

Georgia Bacvaroff

**Juizes de Pará de Minas**

Adriano Boaventura

**Magistrados de Juiz de Fora e da Zona da Mata**

Divulgação

**Juizes de Governador Valadares e do Vale do Rio Doce**

## Roteiro da Gestão Itinerante

No primeiro semestre de gestão, o presidente da Amagis reuniu-se com magistrados de Juiz de Fora, Uberaba, Caxambu, Varginha, Ipatinga, Lagoa Santa, Contagem, Ibirité, Poços de Caldas, Teófilo Otoni, Montes Claros, Passos, Santa Luzia, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Pará de Minas, Itaúna, Uberlândia, no total de 18 comarcas. Em Belo Horizonte, com os juizes dos Juizados Especiais, da Vara da Fazenda Pública, do Fórum Lafayette. E, no TJMG, com os colegas de Uberlândia, Uberaba, Divinópolis, Itaúna e Governador Valadares.

UNIÃO

# Magistrados de todo o Estado manifestam apoio à Diretoria

Mais de uma centena de magistrados manifestou, em julho, apoio ao presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e à Diretoria da Associação, contestando ataques à defesa da magistratura, especialmente na manutenção da vitaliciedade.

Sobre o tema, a Amagis declarou que, muito antes de ser privilégio ou corporativismo, trata-se de garantia do cidadão na hora do julgamento independente de suas demandas perante os poderes político e econômico. “Somente o juiz pode igualar o fraco diante do forte”, afirmou Herbert Carneiro, ao vincular a vitaliciedade à independência de julgar.

A reação foi imediata, e durante vários dias, desembargadores e juizes de todo o estado enviaram mensagens a Amagis. Além da defesa da atuação, os magistrados confirmaram também a presença na assembleia da Amagis, realizada no dia 9 deste mês, quando foram discutidos direitos dos magistrados, propostas por mais segurança nos fóruns, o projeto de modernização administrativa do Judiciário, por meio de eleições diretas, e o que cria cargos de assessor para juiz, já aprovado pela Assembleia Legislativa.

Veja ao lado algumas das manifestações de apoio dos magistrados. Todas as declarações podem ser vistas no site [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br).

“Deixo registrado meu apoio. Neste momento difícil, encontramos em você um verdadeiro defensor dos interesses da Magistratura. Confirmando minha presença na assembleia”

**Juiz Armando Ghedini Neto – 3ª Vara Cível de Contagem**

“Meus cumprimentos pela brilhante administração, que já era esperada, porque a sua luta pela nossa classe é antiga. Você não está só. Afinal de contas, está defendendo os interesses de toda a Classe. Avante! Juntos somos fortes e podemos mover montanhas”

**Juíza Beatriz da Silva Takamatsu – 3ª Vara Cível de Varginha**

“Externo aqui o meu apoio ao presidente Herbert, que vem defendendo nossos interesses de forma corajosa, contrariando quem pensava que ele seria mais uma marionete nas mãos da direção do TJMG”

**Juiz João Ecyr Mota Ferreira – 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Uberlândia**

“Prezado des. Herbert, na presidência da Amagis, estás ensinando pelo exemplo. Magistratura fraca só interessa a quem tem algo a dever. Estou contigo no front e sem medo de nada, nem de ninguém”

**Juiz Augusto Fonseca – Juizado Especial de Barbacena**

“Estimado líder e amigo desembargador Herbert, confie nos seus colegas associados porque todos estão acreditando no seu trabalho. Não se

esmoreça. Não se curve. Vamos à luta”

**Juiz Antônio Belasque Filho – Vara de Família de Betim**

“Conte com meu apoio incondicional, neste incansável trabalho junto à nossa Associação em prol da classe. A união faz a força”

**Juiz José Edair de Oliveira – Juiz Auxiliar da Comarca de Varginha**

“Presidente Herbert, parabéns pela postura inovadora. Receba meu modesto apoio”

**Juiz Areclides J P Rezende – 10ª Vara Criminal de Belo Horizonte**

“Des. Herbert, faço minhas as palavras dos colegas. Tua luta é de todos nós”

**Juíza Lisandre Figueira – 3ª Vara Cível de Três Corações**

“Vá em frente Herbert. Estamos aqui para apoiá-lo. Parabéns por tudo que tem feito em prol da nossa classe”

**Juíza Riza Nery – 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte**

“Prezado presidente Herbert, conte conosco na luta pela valorização e pelos direitos da magistratura. Estamos juntos. Um forte abraço”

**Juiz Rodrigo Heleno Chaves – 1ª Vara Criminal de Três Corações**

“Caro presidente Herbert Carneiro, endosso as palavras de apoio dos colegas juizes nessa luta que se avizinha. Apesar de ter participado da última chapa da oposição, sou reconhecido da sua capaci-

dade e liderança. Por isso, pode contar com a minha ajuda e também dos colegas de Divinópolis”

**Juiz Mauro Riuji – 2ª Vara Criminal de Divinópolis**

“Presidente Herbert, quero aqui registrar o meu apoio a Vossa Excelência na atuação frente à Amagis. Como já disseram, a luta é de todos nós”

**Juiz Leonardo Lima Públio – 1ª Vara de Pitangui**

“Caro Herbert, a magistratura está com você. Parabéns pela condução de nossa Associação”

**Juiz André Luiz Polydoro – Comarca de Santa Rita de Caldas**

“Caro presidente Herbert Carneiro, sirvo-me do espaço para solidarizar-me com suas ações à frente da Amagis, com mostra clara de independência e preocupação com os magistrados. A única mensagem que quero deixar registrada é que, ocorra o que ocorrer, estou ao seu lado”

**Juiz Paulo Roberto Caixeta – 4ª Vara Criminal de Uberlândia**

“Adiro às manifestações de apoio ao presidente da Amagis. Parabéns pela sua coragem e discernimento do grave momento por que passa a magistratura, especialmente a magistratura mineira, a exigir ações concretas em defesa das prerrogativas dos juizes”

**Juiz Luiz Antônio Messias – Comarca de Nova Ponte**

“Presidente Herbert, parabeno-o pela coragem e altivez com que

tem desempenhado a gestão de nossa Associação. Continue lutando contra as tentativas de amesquinhar e enfraquecer a magistratura mineira”

**Juiz Antônio Augusto Calaes – 2ª Vara Criminal de Ipatinga**

“Sr. presidente, valho-me deste espaço para hipotecar a essa Associação e a V. Exa. meu integral e irrestrito apoio, haja vista a incessante luta pelo fortalecimento da magistratura e, por consequência, do Poder Judiciário”

**Juiz Ricardo Torres de Oliveira – 7ª Vara Cível de Belo Horizonte**

“Tomei, na data de hoje, conhecimento de tendenciosas matérias publicadas na imprensa. Gostaria, apenas, de parabenizá-lo pelo excelente trabalho que V. Exa. tem desempenhado na defesa de nossas prerrogativas”

**Juiz André Ricardo Botasso – Comarca de Campos Gerais**

“Faço minhas as palavras de apoio enviadas pelo colega Thiago Gandra, apenas repetindo que esta é uma luta nossa, que está sendo muito bem guiada e representada pelo senhor”

**Juíza Glauciene Gonçalves da Silva – Comarca de Vespasiano**

“Prezado des. Herbert, manifesto integral apoio pelas ações adotadas em prol de nossa classe. A magistratura mineira está se unindo cada vez mais e aguarda ansiosamente a assembleia geral em agosto”

**Juiz Rodrigo Rezende – Juizado Especial de Formiga**

“Parabéns pela forma como vem conduzindo a nossa Associação na defesa dos interesses da magistratura, de forma independente e democrática”

**Juiz Mauro Rocha – 4ª Vara da Fazenda Estadual de Belo Horizonte**

“Manifesto meu apoio à atuação corajosa de Vossa Excelência na direção da Associação, dando os primeiros passos para uma ampla democratização das decisões associativas”

**Juiz Mário Paulo de Moura Campos Montoro – Comarca de Lavras**

“Faça de cada pedra que aparecer em seu caminho um estímulo a mais para a luta. Estamos juntos para ajudá-lo a carregá-las”

**Juíza Maria Luíza de Andrade Rangel Pires – JD Auxiliar de Belo Horizonte**

“No momento de extrema gravidade por que passa a magistratura nacional, muito especialmente a de Minas Gerais, tolhida em seu ofício judicante ante as precárias condições de trabalho de juízes, venho hipotecar minha irrestrita solidariedade pelo papel histórico de Vossa Excelência ao defender, com as prerrogativas de seu cargo, os juízes mineiros”

**Juiz Geraldo Claret de Arantes – Juiz Auxiliar de Belo Horizonte**

“Empresto ao ilustre colega meu incondicional apoio na batalha travada para garantia dos direitos conquistados, mas, até então, sonogados aos magistrados. Com certeza, sou mais um integrante da linha de frente”

**Juiz Daiton Alves de Almeida – Comarca de Conceição do Rio Verde**

“Não poderia deixar de reiterar os meus votos de apoio à conduta correta e transparente até hoje

adotada por Vossa Excelência e confio que não serão atos como este que irão demovê-lo de lutar sempre pelos interesses não dos associados, mas de todos aqueles que compõem e compuseram a digna magistratura do Estado de Minas Gerais”

**Juiz Jeferson Torres Freitas - Vara de Família e Sucessões e da Infância e Juventude de São Sebastião do Paraíso.**

“Paira no ar o sentimento, verdadeiro, de que a Amagis está em boas mãos”

**Juiz Artur Bernardes Lopes - Juizado Especial de Contagem**

“Conte com meu apoio incondicional. Sempre acreditei em você, e sua administração tem sido brilhante. Vamos em frente”

**Juíza Adriana Fonseca Barbosa Mendes – 2ª Vara Cível de Viçosa**

“Prezado amigo, continuamos juntos na luta árdua para melhorar nossas condições de trabalho. Estamos sempre à disposição da presidência da Amagis. A nossa união é o diferencial para as conquistas que estão por vir”

**Juiz Marcelo Cândido – 3ª Vara Cível de Governador Valadares**

“É um privilégio saber que o nosso navio segue mesmo que em águas turvas com destino certo ao porto, pois sabemos que seu timoneiro é um homem de convicções ideológicas e que não tem receio em lutar pela Classe à qual pertence”

**Juiz Oilson Hoffman Schmitt – 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Varginha**

“Estou contigo nessa luta! Vamos em frente!”

**Juiz Rodrigo Peres – Vara Cível de Nova Serrana**

“Parabenizo pela sua brilhante gestão frente à direção da Amagis. Quanto àqueles que lhe criticaram na imprensa, penso que lhes faltam conhecimentos de que o Juiz é o sustentáculo da democracia e, para isso, é necessário que seja imparcial e independente em suas decisões”

**Juiz aposentado Francisco Fernandes da Cunha**

“Muito obrigado Des. Herbert, pois sua manifestação retrata o meu sentimento e, creio, o de toda a magistratura mineira. Prerrogativa não é, e nunca será, privilégio, mas garantia de independência do Poder Judiciário”

**Juiz Hélio Martins Costa – Vara de Família e Sucessões de São João del Rei**

“Endosso as palavras escritas pelos colegas. Gostaria de acrescentar outras, mas as repetiria. Fui da chapa de oposição e, agora, estou irmanado com os ideais abraçados pelo Des. Herbert que, como todos sabem, são de todos nós”

**Juiz Edmundo José Lavinias Jardim – 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Poços de Caldas**

“Adiro a todas as manifestações e parabênico ao nosso Presidente que vem atendendo aos anseios da classe”

**Juíza Maria da Glória Reis – 19ª Vara Cível.**

“Apoio incondicionalmente o nosso Presidente da Amagis. Tenho fé que você conseguirá aglutinar todas as forças em busca de nossos direitos. Confio plenamente na sua liderança e na sensibilidade de nossos dirigentes. Tenha certeza de que não está sozinho”

**Desembargador Edison Feital Leite – des. substituto da 4ª Câmara Criminal do TJMG**

“Amigo Herbert, estou contigo e com a Amagis. Confirmando minha presença na Assembleia”

**Juiz Haroldo André Toscano de Oliveira – 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte**

“Caro Presidente Herbert, valho-me deste para registrar meu apoio incondicional às ações de V.Exa. em prol da magistratura mineira, e, desde já, confirmar minha presença na assembleia do dia 09/08”

**Juíza Josselma Lopes da Silva Lages – Juizado Especial de Ipatinga**

“Deixo registrado meu apoio e confirmo minha presença na assembleia”

**Juíza Eveline Mendonça Félix Gonçalves - 7ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Belo Horizonte**

“Deixo consignado que a Amagis, com a sua gestão, vem recuperando a credibilidade com os juízes, que voltam a estar motivados para a luta pelos nossos direitos e para permanecerem na magistratura mineira. Vamos estar juntos”

**Juiz Flávio Branquinho da Costa Dias – Comarca de Areado**

“Os magistrados mineiros que estão cansados de tanta falta de respeito com seus direitos e prerrogativas. Conte conosco”

**Juíza Fabiana Cristina Cunha de Lima Brum – Comarca de Carangola**

“Caro Herbert, adiro às manifestações de todos os colegas e expresso minha profunda admiração pela retidão de seu caráter e, sobretudo, pelo comprometimento com toda a classe, na incansável luta pela dignificação da magistratura mineira. Sincero abraço e conte comigo na Assembleia”

**Juíza Juliana Beretta – 2ª Vara de Brumadinho**

“As recentes notícias veiculadas em periódicos mineiros sobre atuação da diretoria da Amagis mostram-se rasteiras e sem qualquer expressão dentro do contexto de administração democrática e idônea realizada por Vossa Excelência e demais diretores. Conte com nosso apoio.”

**Juíza Renata Bonfim Pacheco – Juíza auxiliar de Belo Horizonte**

“A Magistratura Nacional tem que se manter unida como forma de enfrentar os grandes desafios que se apresentam. Em Minas não é diferente, temos que nos manter unidos, conduzidos por Vossa Excelência e demais membros da Diretoria da Amagis. Hipoteco meu apoio a Vossa Excelência e demais membros da Diretoria.”

**Juiz Augusto Moraes Braga - 1ª Vara Cível de Varginha**

“Prezado amigo e companheiro Herbert Carneiro, sua jornada correta em defesa do resgate da dignidade da Magistratura e dos Magistrados mineiros não é isolada, pois tem a companhia dos Juízes mineiros que o apoiam incondicionalmente. Receba meu forte abraço e a minha disposição de lutar ao seu lado como um soldado fiel, às suas ordens.”

**Juiz Antônio Carlos Parreira – Vara de Família e Sucessões de Varginha**

“Herbert, você sabe que estou e estamos firmes no apoio às suas iniciativas dignas de um dirigente atento às questões que afligem a magistratura. Parabéns. A crítica feita não tem força para impedir os avanços pretendidos.”

**Juiz aposentado Cláudio Figueiredo – Diretor financeiro do Amagis Saúde**



## ENTREVISTA >> JUÍZA DÊNIA FRANCISCA CORGOSINHO TABORDA

O novo Código Civil completou 10 anos de vigência em 2013, depois de 26 anos em discussão antes de sua promulgação. Mesmo com as rápidas mudanças sociais, a juíza Dênia Francisca Corgosinho Taborda, da 1ª Vara Cível da Comarca de Vespasiano, na Grande Belo Horizonte, acredita que princípios como o da efetividade impedem o engessamento do novo Código Civil. Nesta entrevista à reportagem da Amagis, a magistrada, que é especialista em Direito pela PUC Minas, comenta a importância do Código Civil e suas mudanças.

### Qual a influência do Código Civil na Justiça e na vida dos brasileiros?

Como o Brasil adota a lei como fonte principal, o Código Civil normatiza todas as questões mais importantes da sociedade. O professor Miguel Reale diz que o Código Civil é a Constituição do cidadão, pois trata do dia a dia, abordando as questões mais complexas até as questões mais corriqueiras da vida das pessoas.

### O novo Código Civil rompeu paradigmas?

Sim, pois, em relação ao Código de 1916, o novo Código Civil rompeu com uma compreensão marcada pelo individualismo, no estado liberal, na propriedade privada e ruralismo, buscando se modernizar a partir da nova realidade da sociedade, incorporando as questões e os novos valores sociais.

### Depois de debatido por 26 anos, o novo Código pode estar defasado?

Nós estamos tendo grandes transformações

sociais e, logicamente, a legislação não vai acompanhá-las no mesmo ritmo. O mais interessante do novo Código foi a incorporação de alguns princípios, como o da efetividade, que, com cláusulas abertas, possibilitam ao juiz a discricionariedade a fim de dar concretude a situações específicas apoiadas por outras fontes do Direito, o que impede o engessamento do Código Civil.

### Como o código está ajudando os juízes a trabalharem com os novos conceitos de família?

Os novos conceitos de família vieram pela nova ordem constitucional. Nós tivemos grandes mudanças na ordem constitucional em relação ao direito de família. Uma das principais mudanças é a busca da paridade entre os direitos e deveres do homem e da mulher.

### Como a senhora avalia a união homoafetiva?

Como ainda não há um consenso, a união homoafetiva é uma construção da sociedade. São as

relações familiares que estão se modificando, e tais mudanças estão trazendo um novo desafio para a Justiça, que aprende a conviver com a família monoparental, a união estável e a homoafetiva. Essas são questões sociais que devem ser enfrentadas e tratadas pelo Código Civil. Algumas questões como a união homoafetiva ainda não são pacíficas de tratamento tanto social quanto jurídico. E se ainda não temos essa questão pacificada na sociedade, dificilmente nós vamos conseguir de forma legislativa. Portanto, acaba ficando a cargo do operador de direito tratar dessa questão no momento.

### Qual o reflexo da mudança da expressão pátrio poder para poder familiar nos processos?

Essa mudança traz a equiparação de direitos e deveres entre o homem e a mulher. Ela é significativa porque tirou a função do homem como chefe da família, criando uma igualdade em relação a isso. Mas nós temos que lembrar que essa

mudança não trouxe só direitos, pois criou deveres também.

### A guarda dos filhos evoluiu com o novo código?

Evoluiu. Antigamente, ela era precipuamente da mãe. Hoje, a guarda dos filhos pode ser compartilhada, ficando a cargo do pai e da mãe. E se ela for unilateral, ela não será precipuamente da mãe, podendo ficar também ficar a cargo do pai desde que ele tenha condições melhores de assistir a criança. O novo Código focou na criança e em seu desenvolvimento global.

### Como a senhora avalia a proposta da redução da maioria penal de 18 para 16 anos?

A questão nessa área criminal deve ser vista com mais cautela, pois é um assunto complexo. Demanda outras questões de ordem prática, como onde serão recebidos os jovens infratores, como será feita essa redução, qual o termo de responsabilidade isso vai trazer para o Estado, pois nós temos que acautelar esses menores. ●

“

**O novo Código Civil rompeu com uma compreensão marcada pelo individualismo, no estado liberal, na propriedade privada e ruralismo**

**Nós estamos tendo grandes transformações sociais e, logicamente, a legislação não vai acompanhá-las no mesmo ritmo**

**Como ainda não há um consenso, a união homoafetiva é uma construção da sociedade**

”

## SEGURANÇA

# Amagis requer dados sobre o projeto-piloto

Adriano Boaventura

Como parte de sua luta diuturna por melhores condições de trabalho e mais segurança nos fóruns mineiros, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, enviou novo ofício, dia 15 de julho, ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, requerendo esclarecimentos sobre processo licitatório adotado pelo TJMG para instalação do projeto-piloto de segurança em sete comarcas.

De acordo com o Relatório de Gestão, divulgado dia 12 de julho pelo Tribunal, o projeto-piloto será realizado em sete comarcas. No entanto, o relatório não esclarece os critérios objetivos e subjetivos para a escolha de tais comarcas, como se exige na gestão pública.

No ofício, enviado no dia 14 de junho, Herbert Carneiro destacou que o relatório ainda não foi esclarecedor em relação às obrigatórias visitas e alvarás de funcionamento do Corpo de Bombeiros das diversas unidades forenses do Estado, “o que demanda providências urgentes, com o acionamento do CNJ, se necessário for”, diz no documento.

Ainda no documento, o presidente da Amagis solicitou o projeto e o planejamento estratégico para a implantação de medidas de segurança em todas as comarcas mineiras. Esse foi um



**Fórum de Passos foi o primeiro observado pela diretoria**

compromisso feito, no dia 6 de junho, pelo TJMG, representado, na ocasião, pelo desembargador Wanderley Salgado de Paiva, durante o lançamento da Frente Parlamentar, na Assembleia. Paiva, que é integrante do Centro de Segurança Institucional do Tribunal (Cesi), representou o desembargador Joaquim Herculano na solenidade, e manifestou o compromisso da Presidência do TJ de implantar, até o fim de sua gestão, equipamentos de segurança em todas as comarcas do Estado, com a utilização da tecnologia mais moderna.

## SEGURANÇA

A segurança é uma das prioridades da atual gestão da Amagis. Em sete meses na presidência, Herbert

Carneiro já esteve em 18 comarcas mineiras, quando se reuniu com os magistrados para tratar de diversos temas e conhecer, de perto, as reais necessidades dos fóruns, que carecem de condições de segurança. No início do ano, uma pesquisa divulgada pela Associação, apontou que existem falhas nos sistemas de segurança de praticamente todos os 296 comarcas de Minas Gerais.

Em abril, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas aprovou durante audiência pública proposta feita pelo presidente da Amagis de criar o Fundo Estadual de Segurança dos Fóruns. O objetivo do fundo é de que os recursos sejam destinados a melho-

rias das condições de segurança dos fóruns em todas as comarcas do Estado.

## FUNDO ESPECIAL

Os esforços permanentes da Amagis pela segurança resultaram ainda na aprovação na Assembleia Legislativa, do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (FEPJ), sancionado pelo governador Antonio Anastasia no dia 26 de julho. Com o Fundo, o Judiciário mineiro será dotado com cerca de R\$ 130 milhões das custas judiciais, que serão usados para investimentos na melhoria da prestação jurisdicional, com parte revertida à segurança dos fóruns e à melhoria das condições de trabalho nas comarcas do interior. ●

## ENCONTRO DEBATERÁ ENCARCERAMENTO FEMININO

O CNJ realizará, nos dias 21 e 22 de agosto, em Brasília, o II Encontro Nacional do Encarceramento Feminino, com o objetivo de discutir e propor soluções para as dificuldades enfrentadas pela mulher no sistema prisional brasileiro. O encontro acontecerá na Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF), e os interessados podem se inscrever no portal do Conselho (cnj.jus.br) até o dia 20 de agosto.

## PETIÇÃO ELETRÔNICA OBRIGATÓRIA

O STJ determinou, no início do mês de julho, que petições iniciais e incidentais sejam recebidas e processadas exclusivamente de forma digital. A decisão foi dada por meio da Resolução 14/2013, que regula o processo judicial eletrônico. Atualmente, mais de 95% do total de processos no STJ tramitam digitalmente, e a obrigatoriedade do uso do meio eletrônico nas petições tem o objetivo de simplificar e agilizar o acesso à Justiça.

*\*Com informações do STJ*

## COMUNICAÇÃO

# Veja os temas dos programas de TV da Amagis em Julho

## PENSAMENTO JURÍDICO

**DESAFIOS DO JUDICIÁRIO**

Meio ambiente ameaçado, violência no mundo real, virtual e crises nas relações de família e de trabalho. O desembargador Luís Carlos Gambogi, da 5ª Câmara Cível do TJMG, falou sobre o que a sociedade espera do Judiciário do século XXI diante desses desafios. No programa, ainda foi abordada a criação da Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, idealizada pela Amagis, com objetivo de aprimorar o Poder Judiciário, dando-lhe condições e recursos para melhoria da prestação jurisdicional.(foto)

**JUÍZES APOSENTADOS**

A aposentadoria é uma mudança, por vezes brusca, na vida de qualquer profissional. Para falar sobre essa nova etapa de vida e dos desafios que ela impõe, o Pensamento Jurídico conversou com os magistrados que se aposentaram em 2012. No dia 27 de junho, a Amagis prestou uma homenagem a todos esses profissionais. O programa acompanhou o evento e fez uma cobertura especial da festa.

**DEZ ANOS DO NOVO CÓDIGO CIVIL**

Apesar dos avanços, o Código Civil completou dez anos e tem grandes desafios perante a sociedade brasileira, como, por exemplo, lidar com as novas relações de família, reprodução humana, mudanças da tecnologia etc. Para repercutir o assunto, o Pensamento Jurídico conversou com a juíza Dênia Francisca Corgosinho Taborda, da 1ª Vara Cível da Comarca de Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

**GUARDA COMPARTILHADA**

De acordo com o IBGE, mais que dobrou o número de casais divorciados que adotam a guarda compartilhada dos filhos. Para debater o assunto, ouvimos a juíza Fabiana da Cunha Pasqua, da 7ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte. Quais são as vantagens e desvantagens da guarda compartilhada? A Justiça pode impor essa modalidade caso não haja entendimento? Como lidar com os riscos de alienação parental? ●

**ASSISTA**

**TV Justiça**  
Canal 7, 117 ou 901  
Sábado, às 18h30

**TV Comunitária**  
Canal 6 ou 13  
Sábado, às 20h30

## VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

**DÍVIDA ATIVA**

Na comarca de Santa Luzia, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, está em andamento um projeto que visa otimizar a governança pública, trazendo maior controle sobre as receitas tributárias. Nessa edição do Via Justiça, o juiz Rogério Santos Araújo Abreu, da 3ª Vara Cível de Santa Luzia, e o jurista especializado em governança pública Jair Eduardo Santana analisaram o assunto. Quanto tempo se gasta para uma cobrança em dívida ativa? Como dimensionar o peso da execução fiscal para os municípios e para a Justiça?(foto)

**FESTAS JUVENIS**

Festas realizadas para e/ou por adolescentes, muitas vezes, acontecem de forma irregular exigindo a atuação do Juizado da Infância e da Juventude. Quais são essas irregularidades? Como age o Comissariado da Infância e Juventude de Belo Horizonte diante dessas irregularidades? Os entrevistados foram o juiz Marcos Flávio Lucas Padula, da Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte, e a coordenadora do Comissariado da Infância e Juventude da Capital Ângela Muniz, que responderam essas e outras questões.

**ADOÇÃO**

Segundo o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), em maio deste ano, havia 5.426 crianças e adolescentes aptos para adoção em todo o território nacional e 355 processos em andamento. Para debater o assunto, ouvimos o juiz José Honório de Rezende, da Vara da Infância e Juventude de Ibitiré, e o promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Júnior. Em pauta, o Cadastro Nacional de Adoção, as estatísticas, a adoção por estrangeiros e por homossexuais e os aspectos psicológicos da adoção.

**DIREITOS AUTORAIS**

No começo de julho, o Senado aprovou um projeto sobre o Ecad, o Escritório de Arrecadação de Direitos Autorais, introduzindo nova regulamentação para o órgão. O projeto mantém o Ecad como único órgão arrecadador de direitos, mas sob controle estatal. Para debater o assunto, ouvimos o desembargador Delmival de Almeida Campos, da 18ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado especialista em Direito Autoral Hildebrando Pontes Neto. ●

**ASSISTA**

**TV Assembleia**  
Canal 11  
Sexta-Feira, às 23h

**TV Comunitária**  
Canal 6 ou 901  
Sábado, às 22h

**TV Justiça**  
Canal 7, 117 ou 901  
Sábado, às 15h30

## COMUNICAÇÃO

# Site da Amagis alcança mais de 87 mil visualizações

A Amagis multiplicou a audiência de seu portal de notícias, fruto da dinamização da comunicação com a magistratura e com a sociedade e da criação de novos canais de interlocução. No mês de junho de 2013, o site (amagis.com.br) recebeu quase 30 mil visitas, com um total de mais de 87 mil visualizações de páginas. Um aumento de 30% em relação ao mesmo período do ano passado. A maior parte das visitas acontece de segunda a sexta, quando há uma média de 1.200 acessos diários.

Além do portal, a Amagis ampliou sua comunicação nas redes sociais, como o Facebook e o Twitter, cujo alcance se estende à sociedade em geral. Todos os canais são alimentados diariamente com as principais notícias do país e da magistratura mineira.

Outro canal importante de diálogo com a sociedade é o Youtube. Os dois programas de TV da Amagis, Pensamento Jurídico e Via Justiça, são veiculados em rede nacional e estadual (TV Justiça, TV Assembleia e TV Comunitária) e também estão disponíveis para acesso em qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, pela internet. O canal da Associação no Youtube já alcançou mais de 276 mil visualizações. São mais de 332 mil minutos de vídeo já assistidos, sobre os assuntos mais relevantes para a sociedade, com uma abordagem jurídica, mas sempre com linguagem clara e acessível.

## LINHA DIRETA

Em abril, a Amagis inaugurou mais um canal imediato de comunicação com os associados. Por meio do endereço eletrônico [linhadireta@amagis.com.br](mailto:linhadireta@amagis.com.br) (de uso exclusivo dos magistrados e pensionistas), os associados podem enviar informações sobre projetos desenvolvidos em suas comarcas, boas práticas, acontecimentos relevantes para o Judiciário e para os magistrados, homenagens recebidas e, é claro, sugestões.

## AMAGIS NOTÍCIAS

Com a correria dos tempos modernos, as ferramentas tecnológicas podem ajudar a facilitar o dia a dia dos magistrados. Por isso, no início da atual gestão, a Associação criou a "Amagis Notícias", uma newsletter virtual, que é enviada aos e-mails dos associados, no início da noite, com as principais notícias do dia.

## REVISTAS

Além dos canais de comunicação diária, a Associação edita duas revistas semestrais: a MagisCultura Mineira e a Amagis Jurídica. As revistas têm alcançado grande repercussão nos universos cultural e jurídico, em âmbito nacional.

As novas edições das revistas da Amagis – MagisCultura Mineira e Amagis Jurídica – estão sendo preparadas, e os associados podem colaborar com o envio de textos. Para a revista Amagis Jurídica, os textos podem ter no máximo 30 mil ca-



## Site da Associação recebeu quase 30 mil visitas em junho



## Uso das redes sociais ampliou o contato com a classe

racteres - podem ser fruto de uma tese de mestrado, por exemplo – desde que abordem temas jurídicos. Devem conter resumo inicial (de 5 a 10 linhas), em português e em inglês, e bibliografia.

Já para a revista MagisCultura, os textos podem ter, no máximo, 10 mil caracteres. Podem ser enviados artigos, ensaios, contos, poesias, resenhas etc, sendo inéditos e sempre com viés

cultural. Os textos para ambas as publicações devem ser encaminhados para o e-mail [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br) e serão analisados pelos Conselhos Editoriais das respectivas revistas. ●

## ROCK'N ROLL

# O Rei Elvis está de volta

Divulgação



Show será no dia 19 de outubro

Os fãs de Elvis Presley terão a oportunidade de apreciar um dos maiores espetáculos sobre o Rei do Rock. No dia 19 de outubro, Belo Horizonte recebe o “Elvis Presley in Concert”, um show que conta com a participação dos músicos e grupos vocais que fizeram parte da carreira de um dos maiores cantores da história. Em performances ao vivo e sem covers, a banda interage com a voz e a imagem de Elvis Presley, projetada em um telão de LED gigante.

O espetáculo já esteve no Brasil em 2012, mas, dessa vez, os fãs têm um motivo especial para comparecer: além de cinco novas músicas, esta será a turnê de despedida da

TCB Band, o conjunto original do Rei. Serão oito shows em sete capitais: Recife, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. Os ingressos já estão à venda pelo site [ingressorapido.com.br](http://ingressorapido.com.br).

**A LENDA**

Quase 40 anos depois de sua morte, Elvis Presley ainda continua sendo um dos maiores vendedores de discos, com um total estimado de mais de 1 bilhão de cópias vendidas no mundo todo. Nascido em 1935, em Tupelo, cidade do estado americano do Mississippi, Elvis começou a cantar cedo e, com apenas dez anos, já participava de concursos de talentos. Sua formação musical

aconteceu em meio a diversas influências, em especial do blues, do country e da música gospel, que ele ouvia na Igreja Assembleia de Deus de sua cidade. Além da música, Elvis estrelou dezenas de filmes em Hollywood. O Rei do Rock morreu em 1977, e Graceland, sua mansão na cidade de Memphis, no Tennessee, é um dos pontos turísticos mais visitados dos Estados Unidos.

**GARANTA SEU INGRESSO**

Acesse o site [www.ingressorapido.com.br/elvis](http://www.ingressorapido.com.br/elvis) e escolha a cidade em que você quer assistir ao show. Depois, é só escolher o assento no setor que você preferir. ●

**LANÇAMENTOS**

## Rei branco e rainha vermelha

Divulgação



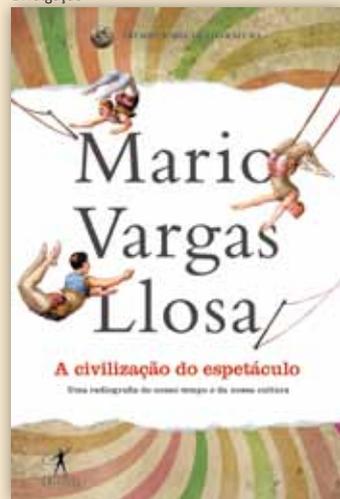
Rei branco e rainha vermelha narra com detalhes cativantes a história do xadrez e de seus competidores durante o século XX, culminando com a emergência de Garry Kasparov, o último campeão mundial soviético. O autor

Daniel Johnson é o guia perfeito para esta época extraordinária, em que os matches de xadrez, por um breve e glorioso período, foram notícias das primeiras páginas dos jornais do mundo.

“Esta é a história de como o xadrez veio a desempenhar um papel único: ao mesmo tempo, um símbolo da Guerra Fria e sua antítese – a cultura da velha Europa que de algum modo havia sobrevivido. O xadrez joga luz sobre o processo pelo qual a civilização ocidental por fim triunfou sobre a mais grave ameaça que enfrentou. E a história do xadrez na Guerra Fria apresenta lições de como lidar com ameaças presentes ou futuras a essa civilização. Como diz a Rainha Branca, a Alice em Alice no país do espelho: “É uma pobre espécie de memória que só funciona para trás”, conclui o autor. ●  
Editora: Record

## A civilização do espetáculo

Divulgação



A banalização das artes e da literatura, o triunfo do jornalismo sensacionalista e a frivolidade da política são características da sociedade contemporânea: a ideia temerária de converter em bem supremo a natural propensão humana para o divertimento. Este é o tema central do novo ensaio de Mario Vargas Llosa, Prêmio Nobel de Literatura em 2010.

Em A civilização do espetáculo, o escritor diz que, no passado, a cultura era uma espécie de consciência que impedia que virássemos as costas para a realidade. Hoje, lamenta Llosa, a cultura atua como mero mecanismo de distração e entretenimento. Para ele, “a ideia ingênua de que, através da educação, se pode transmitir cultura à totalidade da sociedade, está

destruindo a ‘alta cultura’, pois a única maneira de conseguirmos essa democratização universal da cultura é empobrecendo-a, tornando-a cada dia mais superficial”. ●  
Editora: Objetiva

## CARREIRA

## Juízes tomam posse no TRE-MG

Conceição Vieira



Wander, Alberto, Lilian, Antônio e Geraldo

Indicados pelo TJMG, o juiz Alberto Diniz Júnior e a juíza Lilian Maciel Santos tomaram posse, no dia 27 de junho, como titular e substituta no cargo de juiz do TRE-MG.

Diniz Júnior assumiu a vaga deixada pelo juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, e Lilian Maciel passou

a ocupar o lugar do juiz Octavio Augusto Bocalini. Ambos deixaram a Corte Eleitoral no dia 6 de maio deste ano.

Os novos membros do TRE-MG foram saudados pelo presidente do órgão, desembargador Antônio Carlos Cruvinel, que enalteceu a indicação do Tribunal de Justiça. ●

## POSSE

## TJ tem dois novos desembargadores

Adriano Boaventura



Paulo Mendes, Maurício Torres e Ferenzine

Os magistrados Marco Aurélio Ferenzini e Paulo Mendes Álvares tomaram posse, no dia 23 de julho, no cargo de desembargador do TJMG, assumindo, respectivamente, a 14ª Câmara Cível e a 15ª Câmara Cível do Tribunal. O vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Torres Soares, representou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, na cerimônia.

Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sua terra natal, Marco Aurélio Ferenzini ingressou na magistratura em abril de 1992. Natural de Abaeté, Paulo Mendes Álvares formou-se pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis, e ingressou na magistratura em maio de 1985. ●

## APOSENTADORIA

## Brandão Teixeira é homenageado

Adriano Boaventura



Mariza Porto, Brandão Teixeira e José Fernandes

Em sua despedida da judicatura, o desembargador Brandão Teixeira foi homenageado por magistrados, parentes, advogados e serventuários da Justiça, durante a sessão da 11ª Câmara Cível do TJMG, realizada no dia 10 de julho.

Na ocasião, o presidente da Amagis,

Herbert Carneiro, foi representado pelo diretor de Saúde, desembargador substituto Edison Feital Leite. O vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Tiago Pinto, e o desembargador Doorgal Andrada, ex-presidente da Amagis, também participaram da homenagem. ●

## TANCREDO NEVES

## Magistrados recebem troféu

Eloy Lanna



Antônio Armando, Beatriz Góes e Carlos Queiroz

O jornal Edição do Brasil homenageou, no dia 24 de junho, com a entrega do 26º troféu Tancredo Neves, edição 2013, o desembargador Antônio Armando dos Anjos, e o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, que não pôde comparecer porque estava em Brasília tratando da defesa de interesses da classe no CNJ.

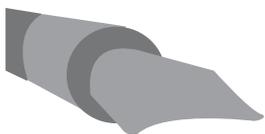
Anualmente, o jornal agracia personalidades que se destacaram nos mais diversos segmentos da sociedade, como a cultura, economia, política, esporte e administração pública. A solenidade foi realizada na Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH). ●

NOMEAÇÕES  
NA AMAGIS

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, nomeou, no dia 18 de julho, o desembargador José Nicolau Masselli para a presidência da Comissão de Memória da Associação, sucedendo o desembargador Bernardino Godinho, que está impossibilitado de permanecer na presidência da Comissão. No mesmo dia, Herbert Carneiro designou o juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva, 15º juiz de direito auxiliar da capital, para a função de assessor da Presidência da Amagis.

TJMG INSTALA  
CARGOS DE JUIZ  
NOS JUIZADOS  
ESPECIAIS

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais instalou, no dia 4 de julho, cargos de juiz nas Unidades Jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais nas comarcas de Lavras, Pará de Minas e Uberlândia, com a criação de um cargo para cada comarca. Em Uberlândia, ele integrará a 2ª Unidade Jurisdicional. A audiência de instalação ocorreu no gabinete da Presidência do Tribunal, e a criação desses cargos foi autorizada pela Resolução 723/2013.



## OUTONO, AINDA, E ELE, PRESENTE

Em transe, arrancada à madrugada, a Nação treme; seus filhos, muitos, imberbes alguns, gritam: basta, chega de corrupção, desperdício, inércia. Voz de um milhão de pessoas, o enérgico NÃO soa de norte a sul. Sem liderança definida, apartidários, jovens julgam e condenam homens e instituições. O preço da passagem de transporte urbano, a punir, impiedoso, grande parte da população, é apenas o mote, talvez a senha para a grande mobilização, estimulada pelas redes sociais e assumida com alegria.

Outono verde e amarelo, sim, mas com pinceladas de ódio, vermelho amargo de Bartolomeu Queirós. Pacífica e ordeira, a princípio, a marcha desborda, ao final, em violência e destruição. Uma semana de pânico e medo. Silenciosas, as passeatas já teriam dito muito na sua eloquente mudez. Mais, talvez, do que comandadas por palavras de ordem. Balas de borracha, gás lacrimogêneo, “spray” de pimenta, ferramentas da compulsão oficial. Bolas de gude, chumbadas de pescaria em boquetes, bombas caseiras, pedras, barras de ferro – tudo serve à fúria da incontida minoria.

A despeito de riscos efetivos, insegurança e desconforto, a Bandeira e o Hino Nacional tonificam milhares de participantes, tomados de ideal sadio e propósitos reformistas. Repressão e julgamento apressado são incapazes de desmobilizar um milhão de pessoas. Jovens, a maioria; idosos, outros, a clamarem por fidelidade aos ideais republicanos. Barreira alguma os deterá. A acicatá-los, um ideário só adormecido, resultado de provações, sonhos e raiva. Sonhos não morrem: adormecem para gerar mariposas inquietas ou flores atrevidas, a romperem casulos ou botões que as aprisionam.

Filósofos, sociólogos, cientistas políticos, experientes jornalistas debruçam-se sobre o fenômeno massivo. Perplexos, alguns; conclusivos, outros; impactados todos ao acontecido e vivido.

Necessariamente emocionais, as decisões de massas, tomadas nas praças e ruas, nem sempre são as mais acertadas. O sentimento que as gerou, surdo ou mudo não importa, merece respeito e interpretação responsável. Rouca ou estridente, clamando por mudanças, a voz das ruas pode ser incômoda, mas quase sempre é grave advertência às autoridades e à sociedade em geral.

Shutterstock



O clamor popular está posto. Inquiridor, reclama, protesta. Ignorá-lo é atitude de irresponsáveis ou míopes.

Nação e sociedade só têm um caminho: ouvir e escutar, agir e transformar.

Homens públicos desacreditados, instituições falidas, corporações poderosas, eleições viciadas, desigualdade social, tudo a revoltar a massa humana, sem rosto e horizonte. Ontem anestesiada. Hoje liberta, exigente.

A escassez de verdadeiros líderes entre nós é obstáculo às mudanças e transformações. Nenhuma autoridade

do País pode, sozinha, dar resposta à insatisfação coletiva. Faltar-lhe-á autoridade moral e sobrar-lhe-á suspeição se pretender-se exclusiva, enredada em projeto pessoal. Indispensável pauta nacional, concebida pelas forças vivas da Pátria, anunciada e cumprida. Aos donos do poder: esta pode ser a última oportunidade para mudanças consentidas. Negadas agora, elas virão mais tarde, à força, arrastando tudo e todos para o caos. Entre o sono letárgico e o despertar violento, a indiferença e o tédio, piores, a desfibrar a nacionalidade.

No Olimpo, a cena surrealista, recorrente: ela e ele, superiores, acima dos acidentes, à falsa conclusão de que salvadores da Pátria. Revelado pelos marqueteiros de plantão, o índice de popularidade endeusava e blindava. De repente, o “tsunami”, gritando, cobrando, paralizando, quebrando.

Pena que você, Amorim, não esteja aqui: lucidez e discernimento para compreender e julgar; coragem para agir e executar. Apóstolo da não violência, você estaria à frente das passeatas, indiferente às balas de borracha ou de chumbo. A todos pulmões, entoaria “Disparada”, de Geraldo Vandré, acompanhado pela multidão. A exemplo de Gandhi e Mandela, o primeiro, no mistério que você habita; o segundo, no dantesco continente africano, “terra sonâmbula” de Mia Couto, você talvez esteja aqui e lá, bilocação dos eleitos. A ser verdade, virão as reformas. Consentidas e duradouras, dispensarão o vermelho amargo. O verde e o amarelo prevalecerão.

Altivez, vida toda, e paz, companhia de eternidade, refletem sua imagem. Mantenha o cavalinho de ouro selado, pronto para outras viagens.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2013.

# Palpites de um aprendiz de investidor

**Tarcísio Martins Costa**  
Desembargador aposentado

Há trinta e dois anos ingressei na magistratura. Anteriormente, por quase um lustro à frente de uma empresa privada, aprendi do jeito mais difícil que sempre devemos estar vigilantes na preservação de nossos bens. Já no exercício das funções judicantes, percebi que deveria mudar alguns paradigmas. Ao receber meu primeiro contracheque, aprendi que, além dos velhos paradigmas, deveria mudar também meu padrão de vida. A vexatória remuneração, então recebida pelos juízes de Minas, aliada ao Zumbi da inflação, insaciável devorador de cruzeiros e cruzados, velhos e novos, acentuou a importância de, cada vez mais, permanecer atento ao controle de minhas finanças pessoais.

Mesmo em cenário de maior estabilidade, após o Plano Real, nós magistrados, sempre contamos com poucos recursos para aplicar. Apenas eventuais sobras de proventos defasados. Esporadicamente, algum extra, a título de URV, maldosamente, conhecida como "URNV" (ur não vê). Bem por isso, os preclaros colegas vergados pela desumana carga de processos nunca deram maior atenção às suas finanças. Na sua maioria, limitando-se às superficiais informações de seus gerentes de conta, nem sempre atualizados com as mudanças dos humores do mercado.

Em tempos de tsunami na macroeconomia, incertezas e desemprego no meio externo; arrefecimento do crescimento da China, segunda maior economia do mundo, impactando diretamente as divisas dos países exportadores de commodities metálicas, entre eles o Brasil; crescimento pífio do PIB - 0,9%, em 2012, superior apenas ao do Paraguai e, no acumulado de 2013, ao da Venezuela; ciclo de endurecimento do juro básico, vulgo Selic, projetado para 9,5% a 10%, no encerramento do ano; taxa de câmbio resvalando os R\$ 2,30, por dólar, a unir, sem maior convicção, economistas ditos ortodoxos e keyne-

sianos, eternamente condenados a se combaterem como os gêmeos da bíblia. Por fim, o assombroso déficit fiscal e a crise de confiabilidade que empurrou os manifestantes às ruas, além do coice da inflação. Tudo isso a exigir do magistrado poupador mais pesquisa e agilidade, se quiser, no mínimo, manter algum ganho diante da "inflação oficial".

Nesse panorama conturbado, os estrategistas destacam que ter acesso à informação é o melhor caminho para

**Ter acesso à  
informação é o  
melhor caminho  
para evitar perdas  
ou aumentar a  
chance de ganhos**

evitar perdas ou aumentar a chance de ganhos. Para quem não tem tempo de acompanhar cursos regulares a distância sobre finanças pessoais, oferecidos, gratuitamente, por diversas instituições brasileiras, como a FGV e outras ligadas aos bancos, às bolsas e às associações de classe, a leitura habitual de jornais e revistas especializadas - Valor Econômico e Folha de S. Paulo (caderno Mercado) - é um bom começo. Também o acesso aos sites especializados, que oferecem o ranking comparativo de mais de uma centena de aplicações ([www.minhaseconomias.com.br](http://www.minhaseconomias.com.br)).

Segundo Michael Viriato, professor do Insper, o investidor deve seguir alguns passos simples para que a execução de suas aplicações seja realizada da forma mais segura. O primeiro envolve a análise do próprio perfil. A propósito, os sites dos principais bancos oferecem um

questionário, que determina aspectos, tais como objetivo do investimento, capacidade de correr riscos e o horizonte do investimento. A partir da análise desse perfil (API), caberá a cada um montar seu portfólio, distribuindo a proporção de cada classe de ativos da carteira: poupança, fundos de renda fixa, ações, fundos multimercado, imóveis e outros. Se a aplicação é de curto prazo - uma viagem de férias ao exterior ou aquisição de um carro novo - a caderneta de poupança pode ser uma boa aplicação. Confirmadas as projeções, passando a Selic dos atuais 8,5% ao patamar de 9%, o rendimento da poupança nova será igual ao da antiga (6% ao ano mais TR). As LCI e LCA são também consideradas boas apostas pelos analistas, a última com juros de 0,6 a.m, resgate diário e isenção de imposto de renda.

Para investimento de longo prazo, no horizonte de 3 a 4 anos, a bolsa em baixa (45 a 47 mil pontos) poderá ser uma escolha acertada. Caso o (a) colega magistrado (a) seja avesso (a) ao risco e apresente complicações cardiovasculares, incapaz de suportar a adrenalina de uma perda de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00, num único pregão, é mais prudente um investimento conservador. Se ainda assim optar pela bolsa, para consolo e segurança de seus familiares, poderá investir em um seguro da vida da AMB, a custo bem menor do que as demais seguradoras. E mais. Faixa etária de até 80 anos, sem exames médicos ou declaração de saúde. Única desvantagem: não usufruir do capital segurado.

No mais, o Amagis Saúde, agora com o selo de qualidade da Agência Nacional de Saúde (ANS), garante. Por isso, com peso da autoridade de contumaz usuário do nosso plano, desembargador jubilado em meados de 2012 (por motivo de saúde) e, porque não dizer, de empedernido investidor em bolsa, posso proclamar, sem medo de errar, que: "Amagis que vem pra bem!"

# PAI

Em todos os momentos,  
no tempo dos filhos!

Homenagem



(31) 3332.3800 - 3332.4280  
[www.gegemudancas.com.br](http://www.gegemudancas.com.br)

## ALERTA

# Uso do andador pode trazer riscos para as crianças

Shutterstock



## Uso do andador desestimula primeiros passos

**Paula Matias**

Devido à correria do dia a dia e às obrigações rotineiras, o

andador se torna uma saída para a distração das crianças enquanto seus pais realizam as tarefas em casa. Ape-

sar da comodidade, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) alertou sobre os perigos que a utilização do equipamento pode trazer para as crianças.

O pediatra Danilo Blank, do Departamento Científico de Segurança da SBP, é contra o uso dos andadores. Segundo ele, a utilização desses instrumentos não estimula os primeiros passos da criança, podendo, pelo contrário, atrasar as primeiras marchas, além de submetê-las a sérios riscos de traumatismos.

O andador facilita a locomoção da criança, que pode se aproximar de fogões, piscinas e escadas, fazendo com que ela esteja mais ex-

posta ao risco de queimaduras, afogamento e tombos que, muitas vezes, têm como consequência sérios traumatismos e podem levar à morte. Danilo Blank faz o alerta, citando estudos cujos resultados apontam que até 40% das crianças que utilizam andadores acabam sofrendo, em algum momento, algum tipo de traumatismo.

Segundo Danilo Blank, não há uma maneira saudável de utilizar o andador, pois seria necessário um controle direto dos pais todo o tempo. Como alternativa, ele propõe que o mais indicado é que a criança fique em um cercado com brinquedos. ●

## NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Belo Horizonte	Psicologia	Marta Virginia Scatolin	Rua Santa Barbara, 94, Apto 304 - Sagrada Família	(31) 9506-8551 (31) 9273-8883
	Endocrinologia	Laura Gomide de Moura	Avenida Contorno, 5823 Sala 503 - Carmo	(31) 3646-7776
Campo Belo	Patologia Clínica	Laboratório Oswaldo Cruz	Rua Santos Dumont, 390 Centro	(35) 3831-1187
Poços De Caldas	Angiologia	Luis Alberto Pellegrinelli	Rua Maranhão, 221, Conj. 11 - Centro	(35) 3722-2223
Uberlândia	Oftalmologia	Clinica de Olhos Santa Clara	Rua Santos Dumont, 229, Sala 10 - Centro	(34) 3224-5990 (34) 3224-6125
	Acunputura, Angiologia, Clínica Médica, Dermatologia, Neurologia, Nutrição, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Psicologia, Psiquiatria	Clinica Saúde e Estética	Avenida João Pinheiro, 557 - Centro	(34) 3214-0212 (34) 3214-9830
Uberaba	Dermatologia	Giovanna Prata Ciabotti Camargos	Rua da Constituição, 788, Sala 306 - Nossa Senhora da Abadia	(34) 3332-1600

### Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

**Presidente da Amagis:**  
Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Diretoria do Amagis Saúde:**  
Vice-presidente de Saúde  
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde  
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro  
Juiz Cláudio Manuel  
Barreto de Figueiredo

**Conselho Gestor:**  
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira  
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes  
José Geraldo Saldanha da Fonseca  
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital  
Maria Luiza Santana Assunção  
Edison Feital Leite

Suplentes  
Marco Aurélio Ferenzini  
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior  
Marcelo Carlos Cândido  
Dalton Soares Negrão

Suplentes  
Paulo Antônio de Carvalho  
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados  
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo  
Francisco Albuquerque

Suplentes  
Noelmo Adelino Machado  
Mauro Soares de Freitas

**Diretoras de comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441  
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Editoração

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

## NORMAS

# Fique atento aos prazos da ANS para procedimentos



## Amagis Saúde abrange a capital e o interior

O Amagis Saúde, preocupado em prestar um serviço eficiente a seus associados, e garantir uma liberação rápida dos pedidos de exame e marcação de consultas, informa a seus beneficiários que todos os procedimentos de atendimento à saúde possuem um prazo de solicitação para a realização dos atendimentos.

Segundo a Resolução Normativa 259, de 2011, da Agência Nacional de Saúde (ANS), que dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde, toda solicitação de procedimento médico pelo associado possui prazo para a realização.

Para a operadora cumprir o prazo e garantir o atendimento integral, o associado deve pedir, com antecedência, para a liberação da solicitação do procedimento médico. Para consulta básica, como pediatria, clínica médi-

ca, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, o período é de até 7 dias úteis. Consultas de demais especialidade médicas, até 14 dias úteis.

Consulta ou sessão com fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, até 10 dias úteis. Consulta e procedimentos realizados em consultório/clínica com cirurgião-dentista, até 7 dias úteis.

Serviços de diagnóstico por laboratórios de análises clínicas em regime ambulatorial precisam de até 3 dias úteis. Demais serviços de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial, em até 10 dias úteis.

Procedimentos de alta complexidade (PAC), em até 21 dias úteis. Atendimento em regime de hospital-dia, em até 10 dias úteis. Atendimento em regime de internação eletiva, em até 21 dias úteis. Urgência e emergência, o procedimento é imediato.

Os prazos estabelecidos por esta resolução são contados a partir da data da demanda pelo serviço ou procedimento até sua efetiva realização. Consulta de retorno, ficará a critério do profissional responsável pelo atendimento.

O Amagis Saúde conta com uma extensa rede de credenciados, aproximadamente 2 mil, dos quais 308 são laboratórios espalhados por toda a Minas Gerais. A consulta à rede credenciada do Amagis Saúde está disponível na internet no endereço eletrônico [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br).

No site da Associação, basta clicar no link "Amagis Saúde", que fica no menu superior da página, e depois, em "Rede Credenciada" e, logo a seguir, será aberto um campo de pesquisa, no qual o internauta poderá localizar informações como nome do profissional ou da instituição, endereço e telefone, e um link para o mapa de localização do credenciado.

Por meio do sistema, é possível encontrar profissionais de diversas áreas, como médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, clínicas, hospitais e laboratórios. A busca também pode ser feita por cidade, tipo de atendimento ou especialidade. ●

## CONFIRA OS PRAZOS FIXADOS PELA RESOLUÇÃO NORMATIVA 259, DA ANS

- Consulta básica - pediatria, clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia: em até 7 (sete) dias úteis;
- Consulta nas demais especialidades médicas: em até 14 (quatorze) dias úteis;
- Consulta/sessão com fonoaudiólogo: em até 10 (dez) dias úteis;
- Consulta/sessão com nutricionista: em até 10 (dez) dias úteis;
- Consulta/sessão com psicólogo: em até 10 (dez) dias úteis;
- Consulta/sessão com terapeuta ocupacional: em até 10 (dez) dias úteis;
- Consulta/sessão com fisioterapeuta: em até 10 (dez) dias úteis;
- Consulta e procedimentos realizados em consultório/clínica com cirurgião-dentista: em até 7 (sete) dias úteis;
- Serviços de diagnóstico por laboratório de análises clínicas em regime ambulatorial: em até 3 (três) dias úteis;
- Demais serviços de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial: em até 10 (dez) dias úteis;
- Procedimentos de alta complexidade - PAC: em até 21 (vinte e um) dias úteis;
- Atendimento em regime de hospital-dia: em até 10 (dez) dias úteis;
- Atendimento em regime de internação eletiva: em até 21 (vinte e um) dias úteis; e
- Urgência e emergência: imediato.